

O papel do egresso na avaliação institucional: relato de experiência da Faculdade Santa Maria, Cajazeiras-PB

Maura Vanessa Silva Sobreira
e-mail: mauravsobreira2@gmail.com
Faculdade Santa Maria- Cajazeiras, Paraíba

Ankilma Nascimento Andrade
e-mail: ankilmar@hotmail.com
Faculdade Santa Maria- Cajazeiras, Paraíba

Sheylla Nadjane Batista Lacerda
e-mail: sheyllabatista@bol.com.br
Faculdade Santa Maria- Cajazeiras, Paraíba

Eclivaneide Caldas de Abreu Carolino
e-mail: eclivaneide@hotmail.com
Faculdade Santa Maria- Cajazeiras, Paraíba

RESUMO

Objetivo: Relatar a importância do egresso na avaliação institucional em uma instituição de ensino superior privada. **Método:** Trata-se de um relato de experiência, produzido a partir da inserção de egressos no processo avaliativo institucional, através da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Santa Maria (FSM) localizada no sertão paraibano. **Resultados:** Através da participação ativa de discentes e egressos na CPA, foi possível apreender vários elementos necessários a melhorias institucionais, como: ampliar a participação discente na avaliação institucional, através de linguagem específica, a partir de plano de mídias sociais (redes sociais, vídeos institucionais); utilização de selo que demarcasse os resultados da avaliação, fruto da solicitação da comunidade acadêmica; aplicação dos instrumentos de avaliação através de aplicativo de smartphone, criação do núcleo de empregabilidade, para acompanhamento do egresso e seu perfil facilitando acesso do mesmo no universo do trabalho. A compreensão do processo de avaliação institucional vem promovendo a cultura do pertencimento e defesa institucional por parte dos membros da CPA, o que é revelado pela continuidade espontânea do membro estudante, como egresso na Comissão. **Conclusões:** A implantação de uma política de acompanhamento do egresso, com a criação do Núcleo de Empregabilidade da FSM foi o principal desdobramento da participação de egressos na CPA.

Palavras Chave: Avaliação; Egresso; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Os Estados modernos, nas últimas décadas, vêm atribuindo à avaliação um papel central na organização das reformas em educação que, por sua vez, se relacionam com as grandes metas sociais e econômicas definidas pelo processo de globalização.

Neste contexto, nascem dois modelos de avaliação de educação superior: o de caráter externo às instituições e enfatiza a regulação, o controle e a hierarquização, em busca de eficiência e de produtividade e o estabelecimento de *rankings* para efeitos comparativos entre as instituições. O outro modelo, por sua vez, adota a perspectiva da valorização dos problemas que acontecem no interior das instituições e enfatiza o processo de autoavaliação, com base nos princípios de participação e de gestão democrática das instituições. Sendo esta última uma perspectiva de avaliação, de natureza mais interna, de orientação formativa e processual, que tem seu correlato mais forte na transformação qualitativa e no papel precípua da universidade como produtora de cultura e de conhecimentos (DIAS SOBRINHO, 2005).

A busca pela excelência na Educação Superior envolve o engajamento e o comprometimento de toda a comunidade acadêmica. Assim cada segmento da comunidade universitária tem a sua parte neste empreendimento, cada grupo tem a sua contribuição específica, diferenciada e única.

A autoavaliação institucional é uma prática sistemática e permanente cuja função é muito mais crítica, que meramente de constatação e deve analisar o realizado, mas para melhor cumprir o que há por realizar (DIAS SOBRINHO, 2003). Dessa forma, é necessária a participação efetiva da comunidade acadêmica nos processos avaliativos. Nessa perspectiva, surge então a incumbência das Comissões Próprias de Avaliação Institucional- CPAs na organização dos processos de autoavaliação nas IES. De acordo com a Lei nº 10.861/04, cabe às CPAs a condução dos processos internos de autoavaliação institucional. Nesse sentido, a CPA deve ser formada por representantes de todos os segmentos da comunidade universitária e representante da sociedade civil organizada (BRASIL, 2004).

O relacionamento com os egressos é uma forma de interação entre a universidade e seu entorno. Esses agentes compõem uma parcela da sociedade que pode contribuir com o desenvolvimento da educação superior e está sendo incluída de forma gradativa nos processos avaliativos (LOUSADA; MARTINS, 2005), especialmente após a adoção do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Ressalta-se que o egresso enfrenta no mundo do trabalho situações complexas, o que ocasiona no confronto das competências adquiridas durante o percurso acadêmico com as necessárias para atuação profissional. Assim, pode auxiliar a avaliar, a adequação da estrutura pedagógica e demais elementos da formação acadêmica que foi vivenciado.

Assim, o presente estudo visa relatar a importância do egresso na avaliação institucional em uma instituição de ensino superior privada no sertão paraibano.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para Dias Sobrinho (2003), a avaliação é um exercício com forte sentido pedagógico. Permite discutir os projetos e prioridades essenciais da universidade, suas relações com a

ciência, a tecnologia, as letras e as artes e suas interações com a sociedade. Na concepção “tradicional” o conhecimento é entendido como um “produto”. Portanto, devem ser orientadas pela eficiência e resultados lucrativos dos seus processos. E neste caso, o processo avaliativo, configura-se como forma de controle orientada pelo e para o mercado.

No entanto, quando se entende que o conhecimento é um bem público de ordem social, a avaliação toma outro sentido. O processo avaliativo passa a buscar o melhoramento, a emancipação, a formação e a evolução de todos os agentes envolvidos, inclusive do próprio conhecimento como elemento singular do desenvolvimento social.

A avaliação do Ensino Superior, no interior das instituições, aparece na literatura ligada diretamente à autoavaliação institucional ou avaliação interna e constitui passo fundamental na busca de qualidade das instituições porque tem um caráter dialogal e sugere a participação de todos que compõem a comunidade educativa. O pressuposto é o de que a participação é fundamental para a socialização e democratização dos processos que visam ao fortalecimento institucional, na compreensão de que as reais e mais duradouras transformações em educação só se realizam quando há envolvimento dos atores e quando os membros de uma instituição educativa se sentem, solidariamente, comprometidos com as mudanças qualitativas (DIAS SOBRINHO, 2004).

O atual Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) pelo menos na sua idealização, aborda esta questão entendendo que a avaliação deve ser mais formativa e polissêmica. O arcabouço legal sobre o qual fundamentam-se as atuais ações de planejamento, avaliação e remodelação organizacional das IES brasileiras situa-se a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Destaca-se a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que cria o SINAES com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes (BRASIL, 2004). A Avaliação Institucional em sua dimensão interna, sendo um dos instrumentos complementares do SINAES, torna-se então um fator chave de sucesso deste sistema, uma vez que ela possibilita a integração de aspectos que vão da infra-estrutura a responsabilidade social da educação superior.

A avaliação institucional constitui-se em uma prática em uso no campo das políticas universitárias que situa, entre seus propósitos a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a qualificação da gestão universitária e a prestação de contas à comunidade. Nesse campo, a autoavaliação no ensino superior ou a avaliação interna deve ser um processo contínuo, pelo qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto das suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades e estabelece estratégias de superação de problemas (DIAS SOBRINHO, 2004).

A autoavaliação está intimamente ligada à (re)construção do projeto institucional e do projeto pedagógico, e convoca a todos os membros da comunidade acadêmica a uma participação efetiva na transformação e melhoria da realidade institucional. Conforme Sordi (2011), as CPAs foram concebidas como estratégia agregadora de forças sociais existentes no cenário das IES para ações de diagnóstico situacional e eleição de prioridades com vistas às

proposições de encaminhamentos sintonizados com a imagem de futuro institucional desejada.

Para o mesmo autor, o papel que as CPAs têm desempenhado na condução dos processos de autoavaliação institucional, conforme estudos realizados evidenciam alguns desafios que ainda precisam ser transpostos, destacando-se a escolha de seus membros; o equilíbrio dos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada na sua composição; o envolvimento da comunidade universitária nos processos avaliativos; a autonomia da comissão e a dificuldade na construção de uma cultura avaliativa nas Instituições de Educação Superior (SORDI, 2011).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o termo egresso designa todo o estudante que efetivamente concluiu os estudos, recebeu o diploma e está apto a ingressar no mercado de trabalho (Brasil, 1996). Em seu artigo Art. 43º: “A educação superior tem por finalidade: II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua.”

Conforme as diretrizes do SINAES, as IES têm como um de seus objetivos a inserção dos seus egressos na sociedade de forma a estarem preparados a atuar de maneira produtiva no mercado de trabalho (Lousada; Martins, 2005). Considerando que a qualidade do curso de graduação é sentida quando é possível perceber a mudança no mundo do trabalho, o impacto social que o egresso pode causar com sua formação. Essa realidade retrata a importância de desenvolver com os alunos durante a formação, os meios para que sempre busquem o conhecimento.

Segundo Sakai, Corsoni Junior (2008), acompanhar os caminhos percorridos por egressos é uma possibilidade de análise sobre a educação, em especial sobre a formação propiciada por uma dada instituição, e permite conhecer questões relevantes, como as mudanças do mundo do trabalho, a continuidade na formação e o desenvolvimento profissional de egresso. Essas informações possibilitam à instituição formadora adaptar os currículos e oferecer cursos apropriados às necessidades da sociedade. Portanto, possibilita aos profissionais estabelecer um elo entre a formação e a prática, ao avaliarem o currículo que praticaram e o exercício da profissão.

O desenvolvimento de ações voltadas à manutenção do vínculo com os egressos fortalece as atividades institucionais que integram a gestão universitária e permite às instituições despontarem como referência de qualidade de ensino, no desenvolvimento da pesquisa e na prática da extensão (SILVA; BEZERRA, 2015), elevando os índices de captação de estudantes, pesquisadores e parceiros.

O acompanhamento da trajetória profissional dos graduados, por parte da IES, representa, portanto, aspecto fundamental para avaliar a eficácia da sua atuação e poder revê-la no que considerar necessário, podendo implementar políticas e estratégias de melhoria da qualidade do ensino, de modo a atender às necessidades da sociedade. Valorizando o papel dos egressos Espartel (2009) afirma que os ex-alunos possuem visão mais consistente sobre o curso, especialmente porque: têm uma maior maturidade e conseguem ter uma visão mais ampla, quando o processo já está encerrado; e são capazes de verificar, de forma pragmática, a contribuição que o curso trouxe a sua atuação profissional.

Nesta perspectiva, Lousada e Martins (2005) destacam que é fundamental saber o que os egressos pensam acerca da formação recebida para então fazer os ajustes necessários no sistema de ensino de forma que este permaneça em sintonia com as demandas do campo profissional. Essas adequações entre os níveis de formação e a atuação no mercado de trabalho dependem de questões que, muitas vezes, são externas ao ambiente da universidade, por isso é importante que a instituição se volte à realidade econômica e social da região em que está inserida agindo ativamente diante das dificuldades encontradas e relatadas pelos seus alunos.

A gestão do acompanhamento de egressos pode estar vinculada a programas de estágio para os alunos, concessões de bolsas de estágio e intercâmbio, contratação de formandos para *trainee*, celebração de parcerias com empresas e empregadores, auxílio à programas sociais, fomento à ações de voluntariado pessoal, doações financeiras por parte de empresas e ex-alunos, gestão de grupos, turmas e salas de discussão de egressos, adesão voluntária para participação em grupos de pesquisa e projetos de extensão, retorno à IES para estudar em cursos de pós-graduação, atualização, ou outro curso oferecido pela universidade (MICHELAN *et al.*, 2009).

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre a inserção de egressos como membros de uma Comissão Própria de Avaliação Institucional da Faculdade Santa Maria (FSM), instituição de ensino superior privada localizada na cidade de Cajazeiras- PB.

Com a oferta de seus cursos de graduação e pós-graduação a FSM assumiu o compromisso social de formar profissionais nas áreas de Saúde, Humanas, Ciências Sociais Aplicada e Engenharia com base na reflexão sobre a importância de uma formação articulada com a realidade social e voltada para o exercício pleno da cidadania. Sediada na cidade que mais cresce na Paraíba, a FSM tem recebido demandas que, cada vez mais, refletem as rápidas transformações sociais e, por isso, necessitam de respostas capazes de corresponder às necessidades do novo panorama social.

Nesse contexto, a FSM é consciente de seu papel como instituição promotora de educação, mediante a formação e qualificação do cidadão que interage ativamente junto à sociedade, e promove o crescimento e o desenvolvimento local, regional e nacional. A FSM veio para solucionar problemas referentes a concentração de profissionais nos grandes centros urbanos, já que os profissionais formados nos grandes centros nem sempre se dispõem a atuar em regiões menos favorecidas.

O perfil do formando egresso/Profissional da Faculdade Santa Maria tem formação generalista, comprometido com a promoção e atenção em todos os níveis da saúde do homem e da coletividade, inserido no contexto político-social, científico e cultural da sociedade brasileira; Cidadão-Profissional com conhecimento do ser humano nos aspectos biopsico-sociais, com capacidade de interação interdisciplinar, dotado de visão ampla, crítica e global, respaldada nos princípios éticos e bioéticos do indivíduo e da coletividade. Deverá ser um profissional com potencialidades para desenvolver projetos nas áreas do ensino e pesquisa, prestar consultoria e assessoramento técnico-científico em sua área de atuação ou gestão.

Os processos avaliativos centram-se nos participantes e buscam apreender os fenômenos e seus movimentos em sua relação com a realidade, objetivando a transformação

dessa mesma realidade. É uma abordagem qualitativa, pois se caracteriza por métodos dialógicos e participantes nos quais predomina o uso de entrevistas livres, debates, análise de depoimentos, observação participante e análise documental. A ótica da análise é também qualitativa, sendo que nela a figura do especialista em avaliação aparece como orientador do processo e "a decisão democrática, a formação dos sujeitos, a transformação e a crítica educativa" são os principais conceitos envolvidos (LEITE, 2005).

A política adotada pela instituição para a avaliação institucional visa assegurar uma sistemática de avaliação interna e externa, que contemple as dimensões qualitativa e quantitativa, vitais para o acompanhamento e o aperfeiçoamento do modelo de gestão atual.

A política para a avaliação institucional na FSM está assentada nas seguintes diretrizes:

- orientar a gestão institucional, em suas dimensões política, acadêmica e administrativa, para promover os ajustes necessários à elevação do seu padrão de desempenho;
- reformular as políticas gerais da instituição e implementar as medidas apontadas pelo processo avaliativo mediante o compromisso da administração com o programa;
- aprimorar o sistema de geração, captação e sistematização dos dados acadêmicos e administrativos, permitindo assim o melhor planejamento organizacional, bem como a avaliação continuada dos produtos e processos;
- implementar o processo de avaliação institucional, interna e externa, realizando estudos e diagnósticos das atividades-fim e das atividades-meio, identificando em que medidas elas se articulam e correspondem à missão da instituição na formação do profissional, na produção, divulgação e aplicação do conhecimento;
- tornar permanente a avaliação institucional das atividades acadêmicas e administrativas como um dos pilares da melhoria da qualidade.

Assim, na FSM a CPA que funciona desde 2004, é constituída de representantes docentes, técnicos administrativos, estudantes, representante da sociedade civil e de representante de egressos. A inserção do egresso é a partir da concepção de que a avaliação da satisfação do aluno com o curso permite a identificação de pontos críticos de melhoria ou manutenção de qualidade, mas não permite uma visão mais ampla, que vai ao cerne da atividade de ensino: a aprendizagem e sua aplicabilidade profissional. Esta amplitude pode ser verificada na opinião do egresso, já inserido no mercado de trabalho.

3. RESULTADOS

A participação do egresso na CPA tem provocado constantes reflexões sobre os processos institucionais e melhorias como a ampliação a participação discente na avaliação institucional, através de linguagem específica, a partir de plano de mídias sociais (redes sociais, vídeos institucionais).

Cabe destacar que tem sido possível implementar o Plano de Ações e Melhorias, sendo criado o aplicativo FALA FSM para fortalecer a participação da comunidade acadêmica (estudantes, professores e técnicos administrativo) nas avaliações da CPA, incorporando novas tecnologias, através do uso do smartphone. Além disso, como forma de divulgar as melhorias a partir da participação nas avaliações da CPA foi criado em 2018, o selo CPA FSM para fortalecer as conquistas frutos das sugestões da comunidade acadêmica, a exemplo da reforma da sala dos professores, inauguração de novo auditório, laboratórios de

informática, banheiros no espaço de convivência, novo estacionamento, novas instalações da secretaria e novos laboratórios.

As ações acadêmico-administrativas, desenvolvidas a partir das avaliações e contribuições do egresso podem ser evidenciadas por:

- Ampliação e melhorias na estrutura física;
- Criação do Núcleo de Empregabilidade da FSM, com foco ao acompanhamento dos egressos;
- Promoção da extensão com projetos interdisciplinares, aberta à participação da população, visando a difusão de conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- Identificação dos problemas de contemporaneidade nacionais e regionais com a integração ensino e serviço, com prestação de serviços a comunidade e ações de intervenções a pessoas em vulnerabilidade social;
- Fortalecimento de campanhas solidárias como, Gincana Solidária, acolhimentos de calouros com incentivo de partilha e de colaboração com o outro;
- Inserção de aprendizagem em que possibilita a interação da formação acadêmica e o mercado de trabalho, fundamentado na relação teoria, prática e experiência vivencial a partir de parcerias com instituições públicas e privadas, bem como os Núcleos de Apoio ao estudantes e Núcleo de empregabilidade;
- Capacitação e qualificação da comunidade acadêmica por meios técnicos-científicos proporcionando o enfrentamento no mundo do trabalho e formação de competências e habilidades nas funções laborais.
- Atualização do acervo bibliográfico físico e virtual.
- Aquisições de novos e modernos equipamentos dos laboratórios da tecnologia de informação.

O Núcleo de Empregabilidade (NE) é em um setor da Faculdade Santa Maria (FSM) criado no segundo semestre de 2018 com a finalidade de promover uma comunicação entre as empresas e os discentes e egressos da instituição, assim como também aperfeiçoá-los e prepará-los para estes novos caminhos e dificuldades. O NE possibilita a realização de estágios extracurriculares, extensões e atividades acadêmicas que capacitam os discentes, priorizando a formação intelectual, através da realização de ações, internas e externamente à IES (Instituição de Ensino Superior), que visem obter estas vagas de estágio, emprego e formação continuada e permanente para os mesmos.

Na busca por alcance de resultados, o núcleo tem como norte estratégico identificar e abrir o diálogo com empresas tanto do setor público quanto do setor privado. O serviço também prioriza o contato com os egressos da Faculdade, para integrarem-se aos projetos institucionais, bem como participação em eventos e ocupação de vagas provenientes de convênios e oportunidades que o mundo do trabalho venha a oferecer.

Com relação ao âmbito das atividades referentes a egressos e estatísticas, trabalhou-se a comunicação entre a instituição e seus egressos, criando uma rede de informações acerca da sua condição atual enquanto profissional, angariando dados estatísticos por meio de um formulário elaborado na plataforma do *Google Forms*, contendo perguntas a respeito de sua

formação e vida profissional, a exemplo de: se está trabalhando, satisfação salarial, satisfação profissional, área de formação, se cursou ou está cursando uma pós-graduação, entre outras.

Essas informações proporcionam um maior esclarecimento acerca da condição dos egressos da IES, permitindo a real noção do estado de seus egressos, podendo interferir de forma positiva, guiando-os para o mundo do trabalho de forma ativa e eficiente.

4. CONCLUSÃO

A avaliação enquanto processo contínuo de reflexão e ação, articulada e subsidiária ao planejamento, justifica-se ao produzir sentidos sobre as realidades institucionais presentes, possibilitando assim a idealização de futuros alternativos, orientados aos objetivos institucionais e à pertinência social e profissional do ensino superior de graduação.

A necessidade de implantação de uma política de acompanhamento do egresso pode trazer implicitamente os valores de responsabilidade e compromisso social, eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e construção da identidade institucional, assim a criação do Núcleo de Empregabilidade da FSM foi um dos grandes desdobramentos da participação de egressos na CPA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. [Diário Oficial da União]. Brasília, DF, 15 abr. 2004a. Disponível em: . Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Lei nº 9394, de 20 de dezembro, de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 ago 2019.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, 2004.

ESPARTEL, L. B. O uso da opinião dos egressos como ferramenta avaliação de cursos: o caso de uma instituição ensino superior catarinense. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 16, n. 1, p. 102-114, 2009.

MICHELAN, L. S.; HARGER, C. A.; EHRHARDT, G.; MORÉ, R. P. O. Gestão de egressos em Instituições de Ensino Superior: possibilidades e potencialidades. Anais do IX Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América Latina. Florianópolis, 2009. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/36720/Gest%C3%A3o%20de%20egressos%20em%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superior%20Possibilidades%20e%20potencialidades.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

LEITE, D. Reforma universitária: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

LOUSADA, A. C. Z. ; MARTINS, G. A (2005). Egressos como fonte de informação a gestão dos cursos de Ciências Contábeis. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo/USP, v. 1, n. 37, p. 73-84.

SAKAI, M.H; CORDONI, LJ. Os egressos da Medicina da universidade Estadual de Londrina: sua formação e prática médica. Londrina: **Revista espaço para Saúde**, 2004, v.6, dez., p.34-47, Disponível em <http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude>. (acesso em ago. 2019).

SILVA, J. M.; BEZERRA, R. O. Sistema de Acompanhamento dos Egressos Aplicado na Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista GUAL**, v. 8, n. 3, p. 1-15, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/41923/30508>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

SORDI, M. R. L. de. Comissão Própria de Avaliação (CPA): similaridades e dessemelhanças no uso da estratégia na educação superior e em escolas do ensino fundamental. **Revista Avaliação**. [Rio de Janeiro], v.16, n.3, nov. 2011.